Notícias do dia 16 de setembro

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 14 | Número de veículos: 11

A REDAÇÃO - GO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - GO
TCE-GO determina que Ipasgo restabeleça as cotas para atendimentos 4

JORNAL O HOJE ON-LINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Em Goiás, folha salarial do Poder Executivo ultrapassa R$ 1 bilhão, diz relatório do TCE 5

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Tem início sessão ordinária híbrida desta quinta-feira 6

MAIS GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
"Nenhum procedimento deixará de ser realizado", diz Ipasgo após redução de atendimentos 7

A REDAÇÃO - GO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - GO
Tribunal de Contas de Goiás vai produzir a própria energia elétrica até 2022 8

A REDAÇÃO - GO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - GO
TCE-GO vai produzir toda a energia que consome até o 1º semestre de 2022 9

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Última sessão deliberativa da semana tem extensa pauta de votação 10

GAZETA DO ESTADO ONLINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Última sessão deliberativa da semana tem extensa pauta de votação 12

GAZETA DO ESTADO ONLINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Tem início sessão ordinária híbrida desta quinta-feira 14

GAZETA PLAY - POLÍTICA
TCE - GO
Última sessão deliberativa da semana tem extensa pauta de votação 15

GAZETA PLAY - POLÍTICA
TCE - GO
Tem início sessão ordinária híbrida desta quinta-feira 17

GOIÁS 24 HORAS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
TCE-GO determina que Ipasgo restabeleça as cotas para atendimentos 18

JORNAL GOIÁS EM DESTAQUE ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Antenado 20

BLOG CANAL GAMA - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
TCE-GO determina que Ipasgo restabeleça as cotas para atendimentos 22

TCE-GO determina que Ipasgo restabeleça as cotas para atendimentos

A Redação

Goiânia - O **conselheiro Celmar Rech**, do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO), em medida cautelar, determinou ao Ipasgo o imediato restabelecimento das cotas anteriormente definidas para atendimentos e exames eletivos dos seus beneficiários.

Para Rech, "não se mostra minimamente razoável, sob qualquer ponto de vista, que os recursos recolhidos pelos usuários do Ipasgo, para custear suas despesas médicas, sejam retidos pelo Estado". No Despacho nº 1081/2021, assinado na noite de hoje (16/9), o **conselheiro** também determina ao Estado a reavaliação dos limites orçamentários impostos ao Ipasgo, observada a receita da autarquia.

A medida atendeu a representação formulada pelo deputado estadual Gustavo Sebba (PSDB), presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa (**Alego**), diante da redução dos atendimentos e exames eletivos para os fornecedores de serviços de saúde.

Segundo o parlamentar, "o corte (de 50%) surpreendeu toda a comunidade conveniada, desde pacientes até profissionais da saúde, unidades de saúde e laboratórios", relatando que as entidades que representam hospitais apresentaram "carta aberta" em que alertam para os riscos da medida e que tal decisão afeta diretamente cerca de 600 mil pessoas atendidas pelo Ipasgo.

No último dia 13, o **conselheiro** Celmar já havia solicitado ao presidente do Ipasgo, Hélio José Lopes, informações acerca da decisão adotada. Em resposta, a autarquia apontou a imposição do limite de empenho e pagamento como motivação para a adoção das medidas de restrição de atendimento.

Assim, deferiu a cautelar determinando ao governador Ronaldo Caiado, a imediata reavaliação dos limites orçamentários impostos ao Ipasgo pelos Anexos I e II do Decreto Estadual nº 9.836/2021, observada a receita da autarquia, e ao Presidente do Ipasgo, Hélio José Lopes, o consequente restabelecimento das cotas ao regular e programado patamar definido anteriormente pelo instituto.

O Governo de **Goiás** e o presidente do Ipasgo ainda não se manifestaram sobre a medida cautelar.

Site: https://www.aredacao.com.br/noticias/156343/tce-go-determina-que-ipasgo-restabeleca-as-cotas-para-atendimentos

Em Goiás, folha salarial do Poder Executivo ultrapassa R$ 1 bilhão, diz relatório do TCE

O **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO) lançou um novo boletim eletrônico, desta vez para demonstrar a composição da folha de pagamento do Poder Executivo em **Goiás**. A publicação traz informações sobre a força de trabalho estadual, a quantidade de servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como a evolução do quadro ao longo dos anos e seu respectivo custo.

A primeira edição mostra que o Poder Executivo mantinha, em junho deste ano, 155.879 vínculos, entre servidores ativos, inativos e pensionistas, gerando uma despesa com valor mensal de R$ 1.1 bilhão. O boletim mostra uma queda de 6.101 servidores ativos entre janeiro de 2020 e junho deste ano, enquanto entre inativos e pensionistas houve elevação de 875 e 413, respectivamente.

Também é destacada a força de trabalho do Estado, composta pelo somatório de todos os servidores ativos, distribuídos em quatro categorias. 69% são Efetivos, 21% Temporários e 10% Empregados Públicos e Comissionados. Além desses servidores, um contingente de colaboradores é contratado por meio de terceirização de serviços, os quais, por não possuírem vínculo com o Estado, não fazem parte da folha de pagamento de pessoal.

A folha de pagamento de pessoal da **Goiás** Previdência é a de maior porte em quantidade de beneficiários e em custo, em razão de concentrar os inativos e pensionistas do Poder Executivo. Considerando o porte da força de trabalho, isto é, apenas servidores ativos, a unidade administrativa com o maior número de colaboradores e de maior materialidade financeira de folha é a Secretaria de Estado da Educação (Seduc), que concentra 46% de toda a força de trabalho do Executivo, seguida da Polícia Militar, com 14%. Secretaria de Saúde é a terceira maior em número de servidores, representando 8% do quadro de ativos.

Site: https://ohoje.com/noticia/politica/n/1340847/t/em-goias-folha-salarial-do-poder-executivo-ultrapassa-r-1-bilhao-diz-relatorio-do-tce/

Tem início sessão ordinária híbrida desta quinta-feira

O presidente em exercício, deputado Humberto Aidar (MDB), declarou aberta a sessão ordinária híbrida desta quinta-feira, 16. A pauta da sessão contém 82 processos aptos à apreciação. São 20 projetos de parlamentares para votação definitiva e 27 em primeiro turno de discussão. Podem ser analisados também 33 pareceres favoráveis da CCJ e, em apreciação única, o parecer prévio oriundo do **TCE-GO** referente às contas do Executivo no exercício de 2020.

A população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom), pelo site (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo Youtube.

Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/120001/tem-inicio-sessao-ordinaria-hibrida-desta-quinta-feira

"Nenhum procedimento deixará de ser realizado", diz Ipasgo após redução de atendimentos

"Nenhum procedimento deixará de ser realizado." O Instituto dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo) informou ao Mais **Goiás** que a medida que reduziu em 50% da cota de de exames e atendimentos que não são de urgência (eletivos) não tem irregularidades e visa garantir o equilíbrio financeiro para o fechamento de 2021, "uma vez que o limite orçamentário do Ipasgo foi extrapolado nos meses de julho e agosto".

Desta forma, a entidade reforça que todos os procedimentos serão feitos. " Apenas serão distribuídos de forma que não comprometa o orçamento mensal. " O Ipasgo informa, ainda, que as medidas não afetam as áreas de oncologia, pediatria, obstetrícia e urgência e emergência.

"As ações visam não comprometer a continuidade da prestação de serviço dos prestadores e, também, a saúde dos beneficiários do Instituto." Segundo o plano de assistência, desde 2019, quando aderiu ao Programa de Compliance Público , implementou ações para ampliar a transparência dentro do órgão, bem como combater qualquer ato ilegal.

Requerimento ao Ipasgo

Na terça-feira (14), o deputado estadual Gustavo Sebba (PSDB), presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**), apresentou um pedido ao **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) para apurar a possível ilegalidade da decisão do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo) de cortar pela metade as cotas de exames e atendimentos que não são de urgência.

Sebba também pediu, no ofício, uma medida cautelar para suspender os efeitos da decisão até que sejam apuradas eventuais irregularidades . "O objetivo é preservar o direito dos cerca de 600 mil usuários do Ipasgo e dos milhares de prestadores de serviços, que já estão sendo muito prejudicados por essa decisão unilateral, que não teve nenhuma transparência".

E ainda: "Os usuários do Ipasgo não podem ser prejudicados. Da mesma forma, não podemos prejudicar os hospitais, clínicas, laboratórios e profissionais conveniados que terão sua atuação limitada por essa decisão." O parlamentar teme que os cortes provoquem a saída de usuários e prestadores de serviços, o que pode deixar o instituto em situação precária e sobrecarregar a rede pública de saúde.

O pedido teve apoio da maior parte dos membros titulares da Comissão de Saúde da **Alego** . Assinaram o ofício: Antônio Gomide (PT), Dr. Antônio (DEM), Coronel Adailton (PP) e Jefferson Rodrigues (REP) e os membros suplentes Delegada Adriana Accorsi (PT) e Helio de Sousa (PSDB). À Assembleia, o Ipasgo disse que está à disposição para fornecer qualquer informação solicitada.

Nota completa

Site: https://www.emaisgoias.com.br/nenhum-procedimento-deixara-de-ser-realizado-diz-ipasgo-apos-reducao-de-atendimentos/

Tribunal de Contas de Goiás vai produzir a própria energia elétrica até 2022

A Redação

Goiânia - O Tribunal de Contas de **Goiás** (**TCE**-GO) vai produzir a própria energia elétrica que consome até o primeiro semestre de 2022. A capacidade da usina solar do órgão já produz cerca de 42,9% do que utiliza. Conforme o Tribunal, está sendo realizada uma licitação para a contratação de novos sistemas fotovoltaicos.

De acordo com o **TCE**-GO, novas placas montadas em estruturas metálicas serão instaladas na área de estacionamento da Corte de Contas e serão adquiridos inversores trifásicos de grande porte ampliando em mais 60 Megawatt/hora por mês a capacidade média de geração. Como o consumo do Tribunal se concentra no período diurno, de maior geração de energia, não será necessário investir em soluções de armazenamento por meio de baterias.

Presidente do **TCE**-GO, o **conselheiro Edson Ferrari** lembra que a sustentabilidade é um dos principais compromissos da instituição, que desde 2018 possui a certificação ISO 14001, que trata da gestão ambiental. "O Tribunal tem feito um grande esforço para ser indutor de boas práticas. A conquista da autossuficiência energética representa o compromisso socioambiental que se traduz também na redução dos impactos ambientais causados pela atuação do **TCE**-GO , destaca o **conselheiro**.

Site:
https://www.aredacao.com.br/noticias/156314/tribunal-de-contas-de-goias-vai-produzir-a-propria-energia-eletrica-ate-2022

TCE-GO vai produzir toda a energia que consome até o 1º semestre de 2022

A Redação

Goiânia - O Tribunal de Contas de **Goiás** (**TCE**-GO) vai produzir a própria energia elétrica que consome até o primeiro semestre de 2022. A capacidade da usina solar do Tribunal já produz cerca de 42,9% do que utiliza. Conforme o Tribunal, está sendo realizada uma licitação para a contratação de novos sistemas fotovoltaicos.

De acordo com o **TCE**-GO, novas placas montadas em estruturas metálicas serão instaladas na área de estacionamento da Corte de Contas e serão adquiridos inversores trifásicos de grande porte ampliando em mais 60 Megawatt/hora por mês a capacidade média de geração. Como o consumo do Tribunal se concentra no período diurno, de maior geração de energia, não será necessário investir em soluções de armazenamento por meio de baterias.

Presidente do **TCE**-GO, o **conselheiro Edson Ferrari** lembra que a sustentabilidade é um dos principais compromissos da instituição, que desde 2018 possui a certificação ISO 14001, que trata da gestão ambiental. "O Tribunal tem feito um grande esforço para ser indutor de boas práticas. A conquista da autossuficiência energética representa o compromisso socioambiental que se traduz também na redução dos impactos ambientais causados pela atuação do **TCE**-GO , destaca o **conselheiro**.

Site: https://www.aredacao.com.br/noticias/156314/tce-go-vai-produzir-toda-a-energia-que-consome-ate-o-1-semestre-de-2022

Última sessão deliberativa da semana tem extensa pauta de votação

Os deputados realizam nesta 5-feira, 16, sessão ordinária com 82 processos aptos à apreciação. São 20 projetos de parlamentares para votação definitiva e 27 em 1ª apreciação. Podem ser analisados também 33 pareceres favoráveis da CCJ e, em apreciação única, o parecer prévio oriundo do **TCE**-GO referente às contas do Executivo no exercício de 2020. A população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom), pelo site (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo Youtube.

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) realiza nesta quinta-feira, 16, a última sessão ordinária da semana. Na pauta de votação constam 82 processos legislativos aptos à apreciação. Nas demais sessões realizadas durante a semana, os deputados promoveram debates que conduziram a votação de 16 processos, seis deles em fase definitiva, sendo dois assinados pela Governadoria e quatro de autoria de deputados.

Para a reunião de hoje, a pauta traz 20 projetos de lei de iniciativa parlamentar para votação definitiva e 27 em fase de primeira apreciação. Podem ser analisados também 33 pareceres favoráveis aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) e, em apreciação única, o parecer prévio, oriundo do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO), referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020.

Dentre os processos que serão submetidos à votação definitiva, destaca-se a proposta do Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** (TJ-GO) que trata da adoção de medidas e deliberações que tornam efetiva a cobrança e recebimento dos créditos oriundos das custas judiciais não quitadas, com o objetivo imediato de propiciar o aumento de arrecadação. O texto foi protocolado na Casa sob n° 7326/21.

Antes de o documento ser encaminhado ao Parlamento estadual, obedeceu ao rito daquele Poder em que a juíza auxiliar da presidência do Judiciário estadual, Jussara Cristina Oliveira Louza, apresentou minuta de projeto de lei para revogação do artigo 38-B do Regimento de Custas e Emolumentos da Justiça do estado de **Goiás**, para apreciação e, após, sugere o encaminhamento à Comissão de Regimento e Organização Judiciária para análise e manifestação prévia ao Órgão Especial para deliberação final.

A Comissão de Regimento e Organização Judiciária, à unanimidade, julgou favorável ao parecer da relatora, a desembargadora Elizabeth Maria da Silva. A matéria foi submetida à Corte do Poder Legislativo de **Goiás**, em que obteve do colegiado a unanimidade de votos, com aprovação da minuta. Após todo o trâmite no TJ-GO, o presidente daquele Poder, desembargador Carlos Alberto França, determinou que fosse preparado o expediente necessário ao encaminhamento da questão à **Assembleia Legislativa de Goiás**, com solicitação de deflagração do processo legislativo no Parlamento estadual.

A iniciativa agora precisa passar pela fase final de aprovação da Assembleia Legislativa para que esteja apta a seguir para a sanção do governador Ronaldo Caiado (DEM).

Cobrança pelo uso de tornozeleiras eletrônicas

Também para definitiva apreciação a pauta traz o projeto nº 7107/21, esse de iniciativa do Poder Executivo, que prevê a cobrança por uso de equipamento de monitoramento eletrônico para os detentos do sistema penitenciário goiano. De acordo com o texto da propositura, a medida tem natureza jurídico-administrativa e como foco a compensação financeira por utilização, violação, dano e/ou avaria das tornozeleiras eletrônicas pelos apenados no estado de **Goiás**.

A matéria é apensada ao projeto de lei nº 0760/21, assinado pelo deputado Vinícius Cirqueira (Pros), e trata de procedimento ligado à administração penitenciária, não aos direitos e às garantias fundamentais indicados no texto constitucional. Além disso, a medida não modifica nem altera o exercício do direito ou modifica quaisquer critérios para sua concessão. A proposta, assinada pelo governador Ronaldo Caiado, segue exemplo já adotado em outros estados brasileiros, como Santa Catarina e Mato Grosso. O texto foi elaborado em conjunto com a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP-GO), por meio da Diretoria Geral de Administração Penitenciária (DGAP), e da Secretaria de Estado da Casa Civil.

"Portanto, nota-se que a exigibilidade da cobrança

pelo custeio e pela manutenção de dispositivo eletrônico de monitoração à distância, a título de compensação, não se insere na competência legislativa privativa da União, pois se trata de norma administrativa de natureza penitenciária e orçamentária, com a admissão constitucional de competência dos estados", esclarece o governador no texto da proposta.

No projeto de lei, o parecer da Central Integrada de Monitoração Eletrônica da Gerência de Segurança e Monitoramento da DGAP, também aponta que a prestação de serviços de disponibilização do equipamento ao detento demanda o valor de R$ 245 por mês ao Estado. O parecer destaca, ainda, que, para atender a demanda existente hoje, são necessárias 10 mil novas tornozeleiras. Dessa forma, a medida proposta tem o objetivo, além de reduzir os custos, possibilitar a ampliação da política de monitoração eletrônica em **Goiás**.

Os deputados vão se reunir para apreciar as matérias a partir das 15 horas, pelo sistema híbrido implantado na Casa para desenvolver os trabalhos legislativos durante a pandemia de covid-19. Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas nesta quinta-feira, 16, consulte a pauta prévia.

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões. A população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube.

Agência Assembleia de Notícias

Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/119990/ultima-sessao-deliberativa-da-semana-tem-extensa-pauta-de-votacao

Última sessão deliberativa da semana tem extensa pauta de votação

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) realiza nesta quinta-feira, 16, a última sessão ordinária da semana. Na pauta de votação constam 82 processos legislativos aptos à apreciação. Nas demais sessões realizadas durante a semana, os deputados promoveram debates que conduziram a votação de 16 processos, seis deles em fase definitiva, sendo dois assinados pela Governadoria e quatro de autoria de deputados.

Para a reunião de hoje a pauta traz 20 projetos de lei de iniciativa parlamentar para votação definitiva e 27 em fase de primeira apreciação. Podem ser analisados também 33 pareceres favoráveis aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) e, em apreciação única, o parecer prévio oriundo do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020.

Dentre os processos que serão submetidos à votação definitiva, destaca-se a proposta do Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** (TJ-GO) que trata da adoção de medidas e deliberações que tornam efetiva a cobrança e recebimento dos créditos oriundos das custas judiciais não quitadas, com o objetivo imediato de propiciar o aumento de arrecadação. O texto foi protocolado na Casa sob n° 7326/21 .

Antes de o documento ser encaminhado ao Parlamento estadual, obedeceu ao rito daquele Poder em que a juíza auxiliar da presidência do Judiciário estadual, Jussara Cristina Oliveira Louza, apresentou minuta de projeto de lei para revogação do artigo 38-B do Regimento de Custas e Emolumentos da Justiça do estado de **Goiás**, para apreciação e, após, sugere o encaminhamento à Comissão de Regimento e Organização Judiciária para análise e manifestação prévia ao Órgão Especial para deliberação final.

A Comissão de Regimento e Organização Judiciária, à unanimidade, julgou favorável ao parecer da relatora, a desembargadora Elizabeth Maria da Silva. A matéria foi submetida à Corte do Poder Legislativo de **Goiás**, em que obteve do colegiado a unanimidade de votos, com aprovação da minuta. Após todo o trâmite no TJ-GO, o presidente daquele Poder, desembargador Carlos Alberto França, determinou que fosse preparado o expediente necessário ao encaminhamento da questão à **Assembleia Legislativa de Goiás**, com solicitação de deflagração do processo legislativo no Parlamento estadual.

A iniciativa agora precisa passar pela fase final de aprovação da Assembleia Legislativa para que esteja apta a seguir para a sanção do governador Ronaldo Caiado (DEM).

Cobrança pelo uso de tornozeleiras eletrônicas

Também para definitiva apreciação a pauta traz o projeto nº 7107/21 , esse de iniciativa do Poder Executivo, que prevê a cobrança por uso de equipamento de monitoramento eletrônico para os detentos do sistema penitenciário goiano. De acordo com o texto da propositura, a medida tem natureza jurídico-administrativa e como foco a compensação financeira por utilização, violação, dano e/ou avaria das tornozeleiras eletrônicas pelos apenados no estado de **Goiás**.

A matéria é apensada ao projeto de lei nº 0760/21 , assinado pelo deputado Vinícius Cirqueira (Pros), e trata de procedimento ligado à administração penitenciária, não aos direitos e às garantias fundamentais indicados no texto constitucional. Além disso, a medida não modifica nem altera o exercício do direito ou modifica quaisquer critérios para sua concessão. A proposta, assinada pelo governador Ronaldo Caiado, segue exemplo já adotado em outros estados brasileiros, como Santa Catarina e Mato Grosso. O texto foi elaborado em conjunto com a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP-GO), por meio da Diretoria Geral de Administração Penitenciária (DGAP), e da Secretaria de Estado da Casa Civil.

"Portanto, nota-se que a exigibilidade da cobrança pelo custeio e pela manutenção de dispositivo eletrônico de monitoração à distância, a título de compensação, não se insere na competência legislativa privativa da União, pois se trata de norma administrativa de natureza penitenciária e orçamentária, com a admissão constitucional de competência dos estados", esclarece o governador no texto da proposta.

No projeto de lei, o parecer da Central Integrada de Monitoração Eletrônica da Gerência de Segurança e Monitoramento da DGAP, também aponta que a

prestação de serviços de disponibilização do equipamento ao detento demanda o valor de R$ 245 por mês ao estado. O parecer destaca, ainda, que, para atender a demanda existente hoje, são necessárias 10 mil novas tornozeleiras. Dessa forma, a medida proposta tem o objetivo, além de reduzir os custos, possibilitar a ampliação da política de monitoração eletrônica em **Goiás**.

Os deputados vão se reunir para apreciar as matérias a partir das 15 horas, pelo sistema híbrido implantado na Casa para desenvolver os trabalhos legislativos durante a pandemia de covid-19. Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas nesta quinta-feira, 16, consulte a pauta prévia .

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões. A população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube .

Site: https://www.gazetadoestado.com.br/ultima-sessao-deliberativa-da-semana-tem-extensa-pauta-de-votacao-4/

Tem início sessão ordinária híbrida desta quinta-feira

O presidente em exercício, deputado Humberto Aidar (MDB), declarou aberta a sessão ordinária híbrida desta quinta-feira, 16. A pauta da sessão contém 82 processos aptos à apreciação. São 20 projetos de parlamentares para votação definitiva e 27 em primeiro turno de discussão. Podem ser analisados também 33 pareceres favoráveis da CCJ e, em apreciação única, o parecer prévio oriundo do **TCE-GO** referente às contas do Executivo no exercício de 2020.

A população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom), pelo site (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo Youtube.

Site: https://www.gazetadoestado.com.br/tem-inicio-sessao-ordinaria-hibrida-desta-quinta-feira/

Última sessão deliberativa da semana tem extensa pauta de votação

Da Redação

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) realiza nesta quinta-feira, 16, a última sessão ordinária da semana. Na pauta de votação constam 82 processos legislativos aptos à apreciação. Nas demais sessões realizadas durante a semana, os deputados promoveram debates que conduziram a votação de 16 processos, seis deles em fase definitiva, sendo dois assinados pela Governadoria e quatro de autoria de deputados.

Para a reunião de hoje a pauta traz 20 projetos de lei de iniciativa parlamentar para votação definitiva e 27 em fase de primeira apreciação. Podem ser analisados também 33 pareceres favoráveis aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) e, em apreciação única, o parecer prévio oriundo do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020.

Dentre os processos que serão submetidos à votação definitiva, destaca-se a proposta do Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** (TJ-GO) que trata da adoção de medidas e deliberações que tornam efetiva a cobrança e recebimento dos créditos oriundos das custas judiciais não quitadas, com o objetivo imediato de propiciar o aumento de arrecadação. O texto foi protocolado na Casa sob n° 7326/21 .

Antes de o documento ser encaminhado ao Parlamento estadual, obedeceu ao rito daquele Poder em que a juíza auxiliar da presidência do Judiciário estadual, Jussara Cristina Oliveira Louza, apresentou minuta de projeto de lei para revogação do artigo 38-B do Regimento de Custas e Emolumentos da Justiça do estado de **Goiás**, para apreciação e, após, sugere o encaminhamento à Comissão de Regimento e Organização Judiciária para análise e manifestação prévia ao Órgão Especial para deliberação final.

A Comissão de Regimento e Organização Judiciária, à unanimidade, julgou favorável ao parecer da relatora, a desembargadora Elizabeth Maria da Silva. A matéria foi submetida à Corte do Poder Legislativo de **Goiás**, em que obteve do colegiado a unanimidade de votos, com aprovação da minuta. Após todo o trâmite no TJ-GO, o presidente daquele Poder, desembargador Carlos Alberto França, determinou que fosse preparado o expediente necessário ao encaminhamento da questão à **Assembleia Legislativa de Goiás**, com solicitação de deflagração do processo legislativo no Parlamento estadual.

A iniciativa agora precisa passar pela fase final de aprovação da Assembleia Legislativa para que esteja apta a seguir para a sanção do governador Ronaldo Caiado (DEM).

Cobrança pelo uso de tornozeleiras eletrônicas

Também para definitiva apreciação a pauta traz o projeto nº 7107/21 , esse de iniciativa do Poder Executivo, que prevê a cobrança por uso de equipamento de monitoramento eletrônico para os detentos do sistema penitenciário goiano. De acordo com o texto da propositura, a medida tem natureza jurídico-administrativa e como foco a compensação financeira por utilização, violação, dano e/ou avaria das tornozeleiras eletrônicas pelos apenados no estado de **Goiás**.

A matéria é apensada ao projeto de lei nº 0760/21 , assinado pelo deputado Vinícius Cirqueira (Pros), e trata de procedimento ligado à administração penitenciária, não aos direitos e às garantias fundamentais indicados no texto constitucional. Além disso, a medida não modifica nem altera o exercício do direito ou modifica quaisquer critérios para sua concessão. A proposta, assinada pelo governador Ronaldo Caiado, segue exemplo já adotado em outros estados brasileiros, como Santa Catarina e Mato Grosso. O texto foi elaborado em conjunto com a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP-GO), por meio da Diretoria Geral de Administração Penitenciária (DGAP), e da Secretaria de Estado da Casa Civil.

"Portanto, nota-se que a exigibilidade da cobrança pelo custeio e pela manutenção de dispositivo eletrônico de monitoração à distância, a título de compensação, não se insere na competência legislativa privativa da União, pois se trata de norma administrativa de natureza penitenciária e orçamentária, com a admissão constitucional de competência dos estados", esclarece o governador no texto da proposta.

No projeto de lei, o parecer da Central Integrada de

Monitoração Eletrônica da Gerência de Segurança e Monitoramento da DGAP, também aponta que a prestação de serviços de disponibilização do equipamento ao detento demanda o valor de R$ 245 por mês ao estado. O parecer destaca, ainda, que, para atender a demanda existente hoje, são necessárias 10 mil novas tornozeleiras. Dessa forma, a medida proposta tem o objetivo, além de reduzir os custos, possibilitar a ampliação da política de monitoração eletrônica em **Goiás**.

Os deputados vão se reunir para apreciar as matérias a partir das 15 horas, pelo sistema híbrido implantado na Casa para desenvolver os trabalhos legislativos durante a pandemia de covid-19. Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas nesta quinta-feira, 16, consulte a pauta prévia .

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões. A população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube .

Site: https://www.gazetaplay.com.br/ultima-sessao-deliberativa-da-semana-tem-extensa-pauta-de-votacao-4/

Tem início sessão ordinária híbrida desta quinta-feira

Da Redação

O presidente em exercício, deputado Humberto Aidar (MDB), declarou aberta a sessão ordinária híbrida desta quinta-feira, 16. A pauta da sessão contém 82 processos aptos à apreciação. São 20 projetos de parlamentares para votação definitiva e 27 em primeiro turno de discussão. Podem ser analisados também 33 pareceres favoráveis da CCJ e, em apreciação única, o parecer prévio oriundo do **TCE-GO** referente às contas do Executivo no exercício de 2020.

A população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom), pelo site (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo Youtube.

Site: https://www.gazetaplay.com.br/tem-inicio-sessao-ordinaria-hibrida-desta-quinta-feira/

TCE-GO determina que Ipasgo restabeleça as cotas para atendimentos

O **conselheiro Celmar Rech**, do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO), em medida cautelar, determinou ao Ipasgo o imediato restabelecimento das cotas anteriormente definidas para atendimentos e exames eletivos dos seus beneficiários.

Para Rech, "não se mostra minimamente razoável, sob qualquer ponto de vista, que os recursos recolhidos pelos usuários do Ipasgo, para custear suas despesas médicas, sejam retidos pelo Estado". No Despacho nº 1081/2021, assinado na noite de hoje (16/9), o **conselheiro** também determina ao Estado a reavaliação dos limites orçamentários impostos ao Ipasgo, observada a receita da autarquia.

A medida atendeu a representação formulada pelo deputado estadual Gustavo Sebba (PSDB), presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa (**Alego**), diante da redução dos atendimentos e exames eletivos para os fornecedores de serviços de saúde.

Segundo o parlamentar, "o corte (de 50%) surpreendeu toda a comunidade conveniada, desde pacientes até profissionais da saúde, unidades de saúde e laboratórios", relatando que as entidades que representam hospitais apresentaram "carta aberta" em que alertam para os riscos da medida e que tal decisão afeta diretamente cerca de 600 mil pessoas atendidas pelo Ipasgo.

No último dia 13, o **conselheiro** Celmar já havia solicitado ao presidente do Ipasgo, Hélio José Lopes, informações acerca da decisão adotada. Em resposta, a autarquia apontou a imposição do limite de empenho e pagamento como motivação para a adoção das medidas de restrição de atendimento.

Assim, deferiu a cautelar determinando ao governador Ronaldo Caiado, a imediata reavaliação dos limites orçamentários impostos ao Ipasgo pelos Anexos I e II do Decreto Estadual nº 9.836/2021, observada a receita da autarquia, e ao Presidente do Ipasgo, Hélio José Lopes, o consequente restabelecimento das cotas ao regular e programado patamar definido anteriormente pelo instituto.

O Governo de **Goiás** e o presidente do Ipasgo ainda não se manifestaram sobre a medida cautelar.

Site: https://goias24horas.com.br/172247-tce-go-determina-que-ipasgo-restabeleca-as-cotas-para-atendimentos/

Antenado

Jodeir Comunicações diz:

Boca miúda

Corre a boca miúda em Trindade que o ex-prefeito da cidade Jânio Darrot está de malas prontas para retornar ao PSDB seu antigo partido. Ele poderá ser vice na chapa de oposição encabeçada pelo prefeito Gustavo Mendanha nas eleições do ano que vem. Nas articulações de bastidores, Jânio é visto como ideal para compor a chapa, é experienete, bom gestor, equilibaria a chapa, o novo e o experiente, além de ajudar financeiramente a campanha de Gustavo. Será?

Reforço de peso

O prefeito, Rogério Cruz (Republicanos) abriu as portas de sua administração para o companheiro e irmão de igreja Jeferson Rodrigues trabalhar sua candidatura a deputado federal. Pelo visto, o deputado estadual ganhou um reforço de peso!

Frente ampla

O prefeito Gustavo Mendanha vem conversando nos bastidores com diversos partidos e lideranças políticas, quer formatar uma frente ampla que dará sustentação a sua pré-candidatura ao governo do estado, filiado ao MDB, Gustavo sabe que para vencer as leições precisará de apoios significativos e tem conversado com os Republicanos do deputado federal João Campos, com o PL da deputada federal Magda Mofatto, com o Podemos da deputada federal Renata Abreu (esteve até em São Paulo, na casa da parlamentar), com o PSL do deputado Delegado Waldir Soares e com o Patriota do empresário Jorcelino Braga e ainda Mendanha flerta com o PSDB de Marconi Perillo.

Mares revoltos

A presidente em exercício do Supremo, ministra Rosa Weber discursou na abertura da sessão desta quarta (15), data em que é comemorado o Dia Internacional da Democracia. Falou em "mares revoltos" e defendeu a fé no regime democrático.

Programa de imunização

Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga acompanha envio de vacinas contra covid-19 para estados, fez rasgados elogios ao programa e afirmou que a vacinação contra a covid-19 no país está sendo um sucesso, que a campanha de vacinação é algo que o Brasil faz como nenhum país do mundo, já que tem uma tradição extraordinária no tema. Veja o que ele disse: "Hoje nós já atingimos mais 260 milhões de doses de vacina distribuídas. Mais de 210 milhões de brasileiros já receberam a vacina, mais de 90% da população brasileira acima de 18 anos está vacinada com a primeira dose e mais de 50% com as duas doses. Isso porque foi feito todo este trabalho que começou em maio de 2020, quando pedimos a transferência de tecnologia do laboratório AstraZeneca para a Fiocruz e quando adquirimos vacinas por meio da Covax Facility. Hoje o Brasil já tem mais de 550 milhões de vacinas contratadas". De acordo com ele todos os brasileiros estão vacinados até o final de 2021.

Línguas de Matilde

As línguas de Matilde dão como certo a saída de Gustavo Mendanha do MDB, pois não tem mais como Gustavo desistir de sua pré-candidatura ao governo do estado no ano que vem, e parece que seu partido caminha a passos largos para fazer uma aliança com o DEM de Ronaldo Caiado.

Ala do MDB

Ala do MDB lidera pelo deputado estadual Paulo Cézar Martins resiste à composição com o DEM e luta para segurar Mendanha no partido. Paulo Cézar pediu ao pré-candidato Gustavo Mendanha que assuma a liderança do movimento pró-candidatura dentro do partido. A batalha não será fácil pois a influência caiadista na legenda é forte!

Desistiu

O ex-prefeito de Caldas Novas, Evandro Magal (Progressistas) desistiu de ser candidato a deputado federal, de olho na prefeitura municipal, entende que se eleger deputado estadual fica mis fácil chegar lá. Além do que, disputaria votos com a deputada federal Magda Mofatto (PL).

Procedimento

O **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO) vai instaurar procedimento para acompanhar as medidas adotadas pelo Estado no enfrentamento da crise hídrica. Por meio do Despacho nº 1028/2021, assinado recentemente, o **conselheiro** **Celmar Rech** acolheu

sugestão do Ministério Público de Contas e determinou à Secretaria de Controle Externo do **TCE** que apresente plano para o início dos trabalhos. A fiscalização avaliará as providências adotadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) e pela Saneago, especialmente no que diz respeito à suficiência e adequação dos reservatórios de água, definição de diretrizes e qualidade da articulação para a segurança hídrica, além dos planos de médio e longo prazos para recuperação da capacidade das bacias prioritárias ao abastecimento.

Tratamento vip

A umidade relativa do ar em **Goiânia**, nesta semana, chegou a níveis equiparáveis e até menores que o de desertos famosos ao redor do mundo, como o Saara, na África, e o Atacama, no Chile. E para aliviar as altas temperaturas, que nesta quarta-feira (15/9) tem previsão de até 38ºC, os veterinários do Zoológico de **Goiânia** preparam picolés de frutas e carne para os 479 animais e 120 espécies que vivem no local. De acordo com o presidente da Agência Municipal de Turismo e Lazer de **Goiânia** (Agetul), Valdery Junior, os recintos dos bichos também contam com aspersores de água, que funcionam até cinco horas por dia. "Nesse período de intenso calor, os bichos tendem a procurar um lugar mais fresco e com mais umidade. Por isso, os picolés ajudam a regular a temperatura corporal, além de divertir e distrair", disse.

Site: https://jornalgoias.com.br/antenado-2/

TCE-GO determina que Ipasgo restabeleça as cotas para atendimentos

Redação

O **conselheiro Celmar Rech**, do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO), em medida cautelar, determinou ao Ipasgo o imediato restabelecimento das cotas anteriormente definidas para atendimentos e exames eletivos dos seus beneficiários.

Para Rech, "não se mostra minimamente razoável, sob qualquer ponto de vista, que os recursos recolhidos pelos usuários do Ipasgo, para custear suas despesas médicas, sejam retidos pelo Estado. No Despacho nº 1081/2021, assinado na noite de hoje (16/set), o **conselheiro** também determina ao Estado a reavaliação dos limites orçamentários impostos ao Ipasgo, observada a receita da autarquia.

A medida atendeu a representação formulada pelo deputado estadual Gustavo Sebba, presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa (**Alego**), diante da redução dos atendimentos e exames eletivos para os fornecedores de serviços de saúde. De acordo com o parlamentar, "o corte (de 50%) surpreendeu toda a comunidade conveniada, desde pacientes até profissionais da saúde, unidades de saúde e laboratórios", relatando que as entidades que representam hospitais apresentaram "carta aberta" em que alertam para os riscos da medida e que tal decisão afeta diretamente cerca de 600 mil pessoas atendidas pelo Ipasgo.

No início desta semana, dia 13 de setembro, o **conselheiro** Celmar já havia solicitado ao presidente do Ipasgo, Hélio José Lopes, informações acerca da decisão adotada. Em resposta, a autarquia apontou a imposição do limite de empenho e pagamento como motivação para a adoção das medidas de restrição de atendimento.

Rech ponderou ainda que o Tribunal de Contas tem alertado reiteradamente ao Poder Executivo acerca das inadequadas implicações da manutenção do Ipasgo com a natureza jurídica de Autarquia, conferindo artificialmente o tratamento de receita pública aos recursos arrecadados dos beneficiários. Como a motivação para a redução das cotas de serviços se deve apenas à obrigatoriedade de atendimento ao citado Decreto, que objetiva, dentre outras questões, atender ao teto de gastos e, considerando que os recursos dos usuários não devem receber limitação oriunda da escolha da natureza jurídica do Ipasgo, há que se determinar o imediato restabelecimento das cotas ao regular e programado patamar definido anteriormente pelo instituto.

Justificou ainda que se não adotada a medida cautelar de imediato, fica evidente o prejuízo aos beneficiários, vez que a negativa de procedimentos médicos emergenciais pode comprometer a saúde dos pacientes, por impedir a adequada e atempada busca por diagnósticos. Eventual postergação acabará por exigir do plano de saúde uma prestação de serviço ainda mais complexa, em razão do avanço de determinada enfermidade, ou pior, acabe por resultar em óbito evitável.

Assim, deferiu a cautelar determinando ao governador Ronaldo Caiado, a imediata reavaliação dos limites orçamentários impostos ao Ipasgo pelos Anexos I e II do Decreto Estadual nº 9.836/2021, observada a receita da autarquia, e ao Presidente do Ipasgo, Hélio José Lopes, o consequente restabelecimento das cotas ao regular e programado patamar definido anteriormente pelo instituto.

Site: https://brazilurgente.com.br/tce-go-determina-que-ipasgo-restabeleca-as-cotas-para-atendimentos/